



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ**

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DA ALEPA

**SECRETARIA LEGISLATIVA
JULHO/2024**

1- MESA DIRETORA (Resolução nº 02/2022)

I- Na parte legislativa:

- a) a direção dos trabalhos legislativos, exceto da sessão que apreciar sua prestação de contas, nos termos do art. 92, XXIX da Constituição Estadual;
- b) promulgar emendas constitucionais, resoluções e decretos legislativos, conforme o art. 103, §3º e art. 114, Parágrafo único da Constituição Estadual, respectivamente;
- c) exercer o controle sobre os dias de sessões e a presença dos Deputados;
- d) encaminhar convocação aprovada pela Assembleia Legislativa ou por quaisquer de suas Comissões aos Secretários de Estado ou titulares de outros órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, nos termos do art. 93, caput e seu § 1º da Constituição Estadual;
- e) apresentar proposição fixando o subsídio dos Deputados, na forma do disposto nas Constituições Federal e Estadual;
- f) apresentar projeto de decreto legislativo fixando o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, nos termos do art. 92, XXV da Constituição Estadual;
- g) nos interregnos das sessões legislativas, tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos, ressalvada a competência da Comissão Representativa da Assembleia Legislativa;
- h) propor Ação de Inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Deputado ou Comissão;
- i) dar parecer sobre a elaboração do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e suas modificações;
- j) conferir aos seus membros atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos da Casa;
- k) fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Assembleia Legislativa;
- l) adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Deputado contra a ameaça ou a prática de ato atentatório do livre exercício e das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar;
- m) elaborar, ouvidos os Presidentes de Comissões Permanentes, projeto de Regulamento Interno das Comissões, e dos Regulamentos Administrativo e de Pessoal que, aprovados pelo Plenário, serão parte integrante deste Regimento;
- n) propor, privativamente, à Assembleia Legislativa, projetos dispendo sobre sua organização, funcionamento, polícia, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos, funções e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- o) encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Assembleia Legislativa e dos seus serviços;
- p) estabelecer os limites de competência para as autorizações de despesa;
- q) aprovar o orçamento analítico da Assembleia Legislativa;
- r) encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários de Estado ou quaisquer titulares de outros órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, observando-se o que dispõe o art. 93, § 3º da Constituição Estadual;

II- Na parte administrativa:

- a) dirigir os serviços administrativos da Assembleia Legislativa;
- b) promover a fiscalização e a segurança interna da sede da Assembleia Legislativa e outros imóveis a ela pertencentes;
- c) determinar abertura de sindicância ou inquéritos e de processos administrativos;
- d) autorizar despesas para as quais a lei não exija ou dispense licitação;
- e) autorizar licitações, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras;
- f) cumprir e fazer cumprir o regulamento dos serviços administrativos da Assembleia;
- g) decidir, conclusivamente, em grau de recurso, sobre questões relativas aos servidores da Casa;
- h) elaborar a proposta orçamentária do Poder Legislativo, nos termos do art. 86, § 1º da Constituição Estadual;
- i) prestar, anualmente, as contas do Poder Legislativo, na forma da lei;

- j) publicar no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, até o dia 30 de janeiro, o relatório de atividades do Poder Legislativo do ano imediatamente anterior, bem como o relatório das compras e serviços contratados no mesmo período;
- k) colocar à disposição de outro Poder ou outra Instituição, servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;
- l) conferir aos seus membros atribuições ou encargos referentes aos serviços administrativos da Casa;
- m) autorizar a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços;
- n) requisitar servidores da administração pública, na forma da lei, para quaisquer de seus serviços;
- o) prover os cargos, empregos e funções dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagens devidas aos servidores, ou colocá-los em disponibilidade;

III - na parte de defesa e representação institucional:

- a) adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo;
- b) declarar a perda do mandato de Deputado, nos casos previstos nos incisos III a V do art. 97 da Constituição Estadual, observado o disposto no § 3º do mesmo artigo;
- c) aplicar a penalidade de censura escrita a Deputado;
- d) decidir conclusivamente, em grau de recurso, as matérias referentes ao ordenamento jurídico de pessoal e aos serviços administrativos da Assembleia Legislativa;
- e) exercer fiscalização financeira sobre as entidades subvencionadas, total ou parcialmente, pela Assembleia Legislativa, nos limites das verbas que lhes forem destinadas;
- f) encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da Assembleia Legislativa em cada exercício financeiro;
- g) realizar o policiamento da Assembleia Legislativa, nos termos dos arts. 331 a 337;
- h) apresentar à Assembleia Legislativa, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre o seu desempenho;
- i) convocar os suplentes, nos termos dos arts. 312 a 314.

1.1- SECRETARIA (Resolução nº 02/2022)

- I - ocupar a Presidência nas faltas ou impedimentos do Presidente e dos Vice- Presidentes;
- II - fazer a chamada, pela lista nominal, dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;
- III - fazer a leitura de todas as proposições e pareceres, anotando e registrando o resultado das votações e demais deliberações;
- IV - proceder a apuração dos votos em Plenário;
- V - assinar, depois do Presidente, as atas das sessões, assim como os demais atos, em geral, da Assembleia;
- VI - dirigir e inspecionar, juntamente com o Presidente, os serviços administrativos da Assembleia;
- VII - fiscalizar a execução de despesas, efetuar os pagamentos autorizados pela Mesa Diretora e assinar os documentos contábeis respectivos, juntamente com o Presidente, e autorizar despesas de pronto pagamento;
- VIII - assinar folhas de pagamento, juntamente com o Presidente.

1.2.- COMISSÕES TÉCNICAS (Resolução nº 02/2022):

1.2.1- COMISSÃO DE AGRICULTURA, TERRAS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

a) política agrícola e assuntos atinentes à agricultura, destacadamente:

- 1 - organização do setor rural; política de cooperativismo; condições sociais no meio rural; migrações de natureza rural-urbana;
- 2 - estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas;
- 3 - política e sistema de crédito rural;
- 4 - política e planejamento agrícola e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária; extensão rural;
- 5 - seguro agrícola;
- 6 - política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários;

- 7 - política de eletrificação rural;
- 8 - política e programa de irrigação;
- 9 - vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;
- 10 - padronização e inspeção de produtos vegetais e animais;
- 11 - padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias;
- 12 - política de insumos agropecuários;
- 13 - meteorologia e climatologia;

b) política e questões fundiárias; reforma agrária; justiça agrária; direito agrário, destacadamente:

- 1 - uso ou posse temporária da terra; contratos agrários;
- 2 - colonização oficial e particular;
- 3 - regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação;
- 4 - alienação e concessão de terras públicas;

c) política e atividades industriais, comerciais e de serviços, destacadamente:

- 1 - cooperativismo e outras formas de associativismo na atividade econômica, exceto quando relacionados com matéria própria de outra Comissão;
- 2 - fiscalização e incentivo pelo Estado às atividades econômicas; diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento estadual equilibrado; planos regionais ou setoriais;
- 3 - matérias relativas à prestação de serviços;
- 4 - regime jurídico das empresas e tratamento preferencial para microempresas e para empresas de pequeno porte.

1.2.2- COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- a) desenvolvimento científico e tecnológico;
- b) política estadual de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática (software e hardware), telemática e robótica em geral; e organização institucional do setor;
- c) sistema estatístico, cartográfico e demográfico relacionado ao Estado do Pará;
- d) os meios de comunicação social, o acesso à informação, a resposta às manifestações da sociedade, a liberdade de Imprensa e a proteção aos direitos e garantias fundamentais;
- e) indústrias de computação e seus aspectos estratégicos;
- f) conceito de indústria de acordo com as ondas de revolução tecnológica que se sucedem no tempo, oportunizando às empresas dos mais diversos setores da economia a aumentarem sua produtividade, competitividade e sustentabilidade nas respectivas operações, tornando, para tanto, os processos de produção sempre mais eficientes e customizáveis, destacando-se a Internet das Coisas, a Inteligência Artificial, os aplicativos móveis e a robotização, sem prescindir do capital humano como conexão imprescindível com a tecnologia para o alcance de resultados cada vez melhores;
- g) difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a Municípios na implantação desses meios;
- h) outros assuntos correlatos aos temas da Comissão.

1.2.3- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO FINAL

- a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões;
- b) admissibilidade de proposta de emenda à Constituição;
- c) as razões dos vetos governamentais;
- d) assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Assembleia, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;
- e) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça;
- f) direitos e deveres do mandato; perda de mandato de Deputado, nas hipóteses dos incisos I, II e VI do art. 97 da Constituição Estadual; pedidos de licença para

incorporação de Deputados às Forças Armadas, observando-se o que dispõe o § 7º do art. 95 da Constituição Estadual;

g) redação do encerramento do primeiro turno em Plenário e redação final, nos termos deste Regimento;

h) o mérito de todos os assuntos atinentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, bem como de matérias que não integrem, especificamente, a competência de outras Comissões.

1.2.4- COMISSÃO DE CULTURA

a) desenvolvimento e valorização cultural, do patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, acordos culturais com outros entes federativos e outros países;

b) direito de Imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;

c) produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos;

d) gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico nacional;

e) diversões e espetáculos públicos;

f) datas comemorativas;

g) homenagens cívicas.

1.2.5- COMISSÃO DE DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE

a) emissão de parecer em todas as proposições que versem sobre matéria relacionada à primeira infância, crianças e adolescentes;

b) recebimento, avaliação e providências em relação à ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes;

c) recebimento, avaliação e providências em relação à ameaça ou violação do estatuto da primeira infância;

d) fiscalização e acompanhamento dos programas governamentais relativos à proteção dos direitos da criança e do adolescente;

e) discussão de programas que objetivem o apoio à primeira infância, criança e adolescente em situação de risco social;

f) monitoramento de políticas públicas relacionadas à primeira infância, assim como a crianças e adolescentes;

g) acompanhamento as ações dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, instalados no Estado;

h) pesquisa e estudo sobre a situação da primeira infância, crianças e adolescentes no Estado do Pará e no Brasil, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;

i) colaboração com entidades não governamentais, estaduais e municipais que atuem na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes;

j) acompanhamento de ações tomadas em âmbito nacional e internacional por instituições multilaterais, Estados brasileiros e organizações não governamentais nas áreas da tutela das crianças e adolescentes;

k) proteção aos direitos do nascituro.

1.2.6- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DO CONSUMIDOR E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E MINORIAS

a) Direitos Humanos:

1 - realização de simpósios, debates e estudos acerca dos direitos da pessoa humana;

2 - promoção à divulgação desses direitos por meio de conferências, exposições e seminários na Assembleia Legislativa, nas universidades, escolas, clubes, associações de classe e sindicatos por intermédio de seus integrantes, autoridades e pessoas abalizadas;

3 - pesquisas e estudos nas áreas que ocorrem maiores índices de violação dos direitos humanos, inclusive nos locais dos graves conflitos fundiários, para determinar suas causas, sugerindo medidas tendentes a assegurar a plenitude do gozo da tais direitos, fazendo campanhas de esclarecimento e divulgação;

- 4 - informação às autoridades competentes sobre denúncias de violação aos direitos humanos;
- 5 - recebimento, avaliação e providências em relação a denúncias relativas à ameaça ou violação de Direitos Humanos;
- 6 - fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos Direitos Humanos;
- 7 - colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;
- 8 - pesquisas e estudos relativos à situação dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- 9 - assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos indígenas e às suas comunidades; regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas;
- 10 - preservação e proteção das culturas populares e étnicas do País;
- 11 - promoção da igualdade racial;

b) Defesa do Consumidor:

- 1 - economia popular e repressão ao abuso do poder econômico;
- 2 - relações de consumo e medidas de defesa do consumidor;
- 3 - composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços, inclusive de concessionários ou permissionários de serviços públicos, órgãos da administração indireta e sociedades de economia mista, recebendo e verificando denúncias sobre a questão, propondo medidas administrativas e legislativas em defesa do consumidor, e atuando, em caráter permanente, com a colaboração das demais Comissões da Assembleia e associações de defesa do consumidor para o efetivo desempenho de suas funções;

c) Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- 1 - todas as matérias atinentes às pessoas com deficiência;
- 2 - recebimento, avaliação e providências em relação a denúncias relativas a ameaça ou a violação dos direitos das pessoas com deficiência;
- 3 - colaboração com entidades não governamentais, estaduais, nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- 4 - acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas com deficiência instalados nos Estados e nos Municípios;

d) Defesa dos Direitos da Mulher:

- 1 - recebimento, avaliação e providências em relação a denúncias relativas à ameaça ou à violação dos direitos da mulher, em especial às vítimas de violência doméstica e familiar, física, psicológica e moral, e respectiva discussão e deliberação;
- 2 - fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da mulher visando ao seu empoderamento na sociedade brasileira;
- 3 - incentivo e fiscalização de programas de apoio às mulheres chefes de família monoparentais;
- 4 - monitoramento da saúde materno-infantil e neonatal, dos programas de apoio a mulheres em estado puerperal, em especial nas regiões mais carentes do Estado;
- 5 - incentivo e monitoramento dos programas de prevenção e de enfrentamento do câncer do útero, do colo do útero, do ovário e de mama;
- 6 - incentivo e monitoramento dos programas de prevenção e de enfrentamento das doenças sexualmente transmissíveis - DSTs e da Aids;
- 7 - incentivo e monitoramento de programas relativos à prevenção e ao combate à violência e à exploração sexual de crianças e de adolescentes;
- 8 - monitoramento das condições de trabalho, em especial da mulher do campo;
- 9 - pesquisas e estudos acerca da situação das mulheres no Pará, no Brasil e no mundo, em especial quando relacionados a campanhas estaduais e nacionais para o parto humanizado, à amamentação e ao aleitamento materno e ao direito de acesso a creches pelas mulheres trabalhadoras;
- 10 - incentivo à conscientização da imagem da mulher na sociedade;

11 - matérias atinentes à igualdade racial das mulheres; recebimento, avaliação e providências em relação a denúncias relativas à discriminação racial de mulheres, promoção e defesa da igualdade racial das mulheres;

e) Defesa da Juventude, da Pessoa Idosa, da Família e Minorias:

1 - recebimento, avaliação e providências em relação a denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos;

2 - fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção de direitos;

3 - programa de apoio a pessoas em situação de risco social;

4 - monitoramento de políticas públicas;

5 - acompanhamento da atuação dos respectivos conselhos de direitos, instalados no Estado e nos Municípios;

6 - pesquisas e estudos relativos à situação de cada um dos segmentos referidos nesta alínea, no âmbito do Pará, do Brasil e do mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa.

1.2.7- COMISSÃO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E TRIBUTAÇÃO

a) propostas que visem à alteração político-administrativa do Estado, especialmente de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, verificando o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais, particularmente o art. 83 da Constituição Estadual, promovendo diligências, obtendo informações e dados indispensáveis, elaborando o projeto de decreto legislativo, autorizando a realização do plebiscito e, conforme o resultado deste, o respectivo projeto de lei;

b) assuntos de natureza tributária;

c) assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urbano; uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; habitação e sistema financeiro da habitação; transportes urbanos; infraestrutura urbana e saneamento ambiental;

d) matérias relativas a direito urbanístico e a ordenação jurídico-urbanística do território; planos nacionais e regionais de ordenação do território e da organização político-administrativa;

e) política e desenvolvimento municipal e territorial;

f) matérias referentes ao direito municipal e edilício;

g) regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, regiões integradas de desenvolvimento e microrregiões;

h) sistema estadual de defesa civil; política de combate às calamidades;

i) migrações internas;

1.2.8- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

a) assuntos atinentes à educação em geral, pública e privada;

b) política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais;

c) direito da educação;

d) recursos humanos e financeiros para a educação.

1.2.9- COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

a) exame e emissão de parecer sobre projetos relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, créditos adicionais e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Governador do Estado, conforme estabelece o art. 205 da Constituição Estadual, e aspectos financeiros e orçamentários de todas as proposições;

b) planos e programas de desenvolvimento estadual, regionais e setoriais, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;

c) tomada de contas do Governador do Estado, na hipótese do art. 92, XXVIII da Constituição Estadual;

d) acompanhamento e fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, na forma dos arts. 115 e

117 da Constituição Estadual, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências;

e) planos e programas de desenvolvimento regional, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;

f) representações do Tribunal de Contas do Estado solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo da Assembleia Legislativa, elaborando, em caso de parecer favorável, o respectivo projeto de decreto legislativo (Constituição Estadual, art. 116, § 1º);

g) exame dos relatórios trimestrais e anuais de atividades do Tribunal de Contas do Estado (Constituição Estadual, art. 116, § 4º);

h) requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração estadual, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas do Estado.

1.2.10- COMISSÃO DE MINERAÇÃO E ENERGIA (Resolução nº 02/2023):

a) pesquisa e exploração de recursos minerais e energéticos;

b) regime jurídico dos bens minerais e dos recursos energéticos;

c) formas de acesso ao bem mineral; empresas de mineração;

d) a estrutura institucional e o papel dos agentes dos setores mineral e energético;

e) política e estrutura de preços de recursos energéticos;

f) comercialização e industrialização de minérios;

g) otimização e estímulo do desenvolvimento da tecnologia mineral com a racionalização das suas atividades, realizando estudos que objetivem a verticalização da produção mineral no Estado, inclusive com implantação de polo minero-metalúrgico e a sua sustentabilidade econômica, social, ecológica e cultural.

h) fontes convencionais e alternativas de energia;

1.2.11- COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

a) assuntos que visem à promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das atividades pesqueiras e aquícolas no Estado do Pará, em todas as suas modalidades, possibilitando o incremento dos benefícios sociais e econômicos desses setores, visando o bem-estar das gerações presentes e futuras, em benefício da sociedade;

b) política de abastecimento, comercialização e exportação de peixes, algas, crustáceos e moluscos, tanto oriundos da pesca como do cultivo e da reprodução aquícola.

1.2.12- COMISSÃO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

a) matérias relacionadas ao uso de drogas em geral;

b) promoção em todos os níveis de estudos e medidas que tenham em vista a prevenção do uso indevido de drogas;

c) estudo, elaboração e apresentação de proposições referentes ao campo do abuso de droga, tendo em vista principalmente o seu controle e a prevenção do seu uso;

d) contato com o Poder Executivo para que possa acompanhar de forma efetiva as ações desenvolvidas na órbita de sua competência e no combate e repressão às drogas ilegais;

e) intercâmbio com organismos públicos e privados, estaduais, municipais, nacionais e internacionais ligados ao assunto, para que se mantenha uma atualização genérica e particularizada do problema.

1.2.13- COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) relações entre o capital e o trabalho;

b) simpósios, debates e estudos sobre o cumprimento e repercussão socioeconômica das normas asseguradoras dos direitos trabalhistas, inscritas na Constituição e nas leis federais e estaduais vigentes;

c) divulgação das normas regulamentadoras do trabalho da mulher, dos menores de dezoito anos e do trabalhador rural, por meio de conferências, exposições e outras formas de comunicação disponíveis, nos sindicatos, escolas, clubes, centros comunitários, associações profissionais e centrais sindicais;

- d) informação às autoridades competentes de denúncias sobre violação a acordos coletivos, dissídios, contratos coletivos, convenções ou qualquer outra forma de contrato de trabalho, solicitando a tomada de providências;
- e) regime previdenciário dos servidores públicos estaduais;
- f) assistência oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, aos idosos e aos portadores de deficiência;
- g) campanhas de esclarecimento e divulgação dos dispositivos legais referentes às relações de trabalho, à previdência e assistência social, às crianças, aos adolescentes e aos idosos.

1.2.14- COMISSÃO DE SAÚDE

- a) organização institucional da saúde no Estado e nos Municípios;
- b) política de saúde e processo de planificação em saúde; sistema único de saúde;
- c) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas; vigilância epidemiológica, bioestatística e imunizações;
- d) assistência médica previdenciária; instituições privadas de saúde;
- e) medicinas alternativas;
- f) higiene, educação e assistência sanitárias;
- g) atividades médicas e paramédicas;
- h) controle de drogas, medicamentos e alimentos; sangue e hemoderivados;
- i) exercício da medicina e profissões afins; recursos humanos para a saúde;
- j) saúde ambiental, saúde ocupacional e infortunística; seguro de acidentes do trabalho urbano e rural;
- k) alimentação e nutrição;
- l) indústria químico-farmacêutica; proteção industrial de fármacos;

1.2.15- COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao tráfico de entorpecentes ou atividades conexas;
- b) combate ao contrabando, crime organizado, sequestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana;
- c) controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas vítimas de crime e suas famílias;
- d) matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;
- e) recebimento, avaliação e providências em relação a denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública;
- f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal do ponto de vista da segurança pública;
- g) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
- h) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas governamentais de segurança pública;
- i) colaboração com entidades não governamentais que atuem nas matérias elencadas nas alíneas deste inciso, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência;
- j) audiências públicas para discutir com a sociedade civil organizadas soluções para as questões de segurança pública no Estado, encaminhando os resultados para o Poder Executivo;
- k) estudos com vistas a sugerir ações ao Poder Executivo;
- l) designar um de seus membros para acompanhar, quando julgar conveniente, inquéritos policiais e/ou inquéritos e processos administrativos instaurados no âmbito das Polícias Militar e Civil do Estado para apurar a participação de seus integrantes em atos delituosos;
- m) estabelecimento de um canal de comunicação permanente com a sociedade paraense, de forma a que possam ser apresentadas sugestões, críticas e denúncias relacionadas a atuação das Polícias Militar e Civil, além de outros órgãos eventualmente ligados à segurança pública no âmbito do Estado;

- n) solicitação ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Estado de Segurança Pública das informações julgadas necessárias sobre fato determinado;
- o) elaboração de proposições para discussão da Assembleia Legislativa.

1.2.16- COMISSÃO DE TURISMO E ESPORTES

- a) política e sistema estaduais e nacionais de turismo;
- b) exploração das atividades e dos serviços turísticos;
- c) colaboração com entidades públicas e não governamentais estaduais, nacionais e internacionais que atuem na formação de política de turismo;
- d) manter permanente relacionamento com as instituições públicas e privadas, visando ao planejamento e desenvolvimento turístico do Estado;
- e) sistema desportivo estadual e sua organização; política e plano estadual de educação física e desportiva;
- f) normas gerais sobre desporto; justiça desportiva;
- g) realização e participação de congressos, debates e conferências que visem ao intercâmbio e ao desenvolvimento esportivo e turístico do Estado;
- h) sugestão ao Poder Público Federal, Estadual e Municipal de medidas indispensáveis à prática do esporte, incentivando a educação física, as modalidades amadorísticas e estimulando o movimento esportivo no Estado e nos Municípios.

1.2.17- COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

- a) assuntos referentes ao sistema estadual de viação;
- b) transporte aéreo, marítimo, aquaviário, ferroviário, rodoviário, metroviário e por dutos;
- c) ordenação e exploração dos serviços de transportes;
- d) transportes urbano, interestadual e intermunicipal;
- e) portos e vias navegáveis; navegação marítima e de cabotagem e a interior; direito marítimo;
- f) aviação civil, aeroportos e infraestrutura aeroportuária; segurança e controle do tráfego aéreo; direito aeronáutico;
- g) transporte de passageiros e de cargas; regime jurídico e legislação setorial; acordos e convenções internacionais; responsabilidade civil do transportador;
- h) segurança, política, educação e legislação de trânsito e tráfego;
- i) assuntos de obras públicas em geral.

1.2.18- COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

- a) proposições legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto Partidos Políticos;
- b) pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea "a" deste inciso.

1.2.19- COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Resolução nº 02/2023):

- a) política e sistema estadual do meio ambiente; direito ambiental; legislação de defesa ecológica;
- b) gestão, planejamento e controle dos recursos hídricos;
- c) recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo; edafologia e desertificação;
- d) desenvolvimento sustentável;
- e) projetos que, direta ou indiretamente, impliquem alterações no meio ambiente;
- f) campanhas educativas que objetivem a preservação e conservação do meio ambiente e das fontes de energia;
- g) encaminhamento às autoridades competentes de denúncias relativas a agressões ao meio ambiente, em todas as suas formas de manifestação;
- h) diligências, inclusive com verificação *in loco*, visando a apurar as causas de desequilíbrio ecológico ou degradação do meio ambiente no Estado paraense.

1.3- PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER (Resolução nº 02/2022)

Compete à Procuradoria da Mulher, além de zelar pela participação das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Assembleia Legislativa:

- I - propor medidas destinadas à preservação e à promoção da imagem e da atuação da mulher no Poder Legislativo;
- II - receber, examinar denúncias de violência e discriminação contra a mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;
- III - empreender gestões de defesa da mulher contra assédio moral ou sexual;
- IV - fiscalizar o respeito aos direitos da mulher, inclusive acompanhando a execução de programas do governo estadual que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como à implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias;
- V - cooperar com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a mulher;
- VI - promover pesquisas e estudos sobre direitos da mulher, violência e discriminação contra a mulher, e sobre o déficit da sua representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídios às Comissões da Assembleia Legislativa;
- VII - adotar medidas com vistas ao aprimoramento da legislação estadual sobre os direitos da mulher, estimulando, para o alcance desse objetivo, a participação popular;
- VIII - atender autoridades, no âmbito da sua competência, especialmente parlamentares mulheres e suas delegações em suas visitas à Assembleia Legislativa e também encaminhar suas demandas aos órgãos competentes;
- IX - participar de solenidades e eventos internos na Casa que envolvam políticas para a valorização da mulher;
- X - representar a Assembleia Legislativa em solenidades e eventos municipais, estaduais, nacionais ou internacionais especificamente destinados às políticas para a valorização da mulher, mediante designação da Presidência da Casa.

1.4- COSEPAR (Decreto Legislativo nº 27/2014)

Executar as atribuições referentes ao Plano de Seguridade Social dos Parlamentares, bem como a concessão e manutenção dos benefícios oriundos do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, extinto pela Lei Complementar nº 92, de 14 de janeiro de 2014.

1.4.1- DIVISÃO DE INSTRUÇÃO ANÁLISE DE CÁLCULO (Decreto Legislativo nº 27/2014)

- I- Instruir processos de contagem de tempo de atividade parlamentar, manter cadastros atualizados de parlamentares;
- II- Analisar os processos de concessão de aposentadorias e pensões;
- III- Instruir processos de justificação administrativa;
- IV- Promover estudos, análises e cálculos, sugerindo a aplicação de medidas que preservem o equilíbrio financeiro do Plano de Seguridade Social dos Parlamentares;
- V- Opinar sobre a celebração de convênios com entidades federais, estaduais e municipais, para seguridade parlamentar;
- VI- Elaborar atos de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões parlamentares;
- VII- Incluir e manter no sistema de pagamento as referidas concessões;
- VIII- Instruir processos revisionais, manter registros atualizados dos aposentados e dos pensionistas dependentes de ex-deputado;
- IX- Instruir processos revisionais necessários e habilitações tardias;
- X- Elaborar certidões e declarações pertinentes;
- XI- Opinar sobre outros processos de sua competência.

1.4.2- SEÇÃO DE PAGAMENTO (Decreto Legislativo nº 27/2014)

- I- Preparar, promover e controlar os pagamentos dos benefícios oriundos do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos da Lei Complementar nº 92, de 14 de janeiro de 2014, bem como os relativos ao Plano de Seguridade Social dos Parlamentares;
- II- Organizar e manter atualizado o controle dos registros relativos aos pagamentos dos parlamentares aposentados e dos pensionistas dependentes de ex-deputados falecidos, vinculados ao Plano de Seguridade Parlamentar;
- III- Promover os respectivos pagamentos;
- IV- Proceder à averbação dos descontos em consignações;

- V- Preparar certidões e declarações de rendimentos;
- VI- Acompanhar e atualizar os pagamentos dos aposentados e pensionistas na forma da legislação;
- VII- Executar outros serviços pertinentes aos assuntos de sua competência.

1.5- NÚCLEO EDUCACIONAL ENG. WALDEMAR CHAVES (Resolução nº 01/99)

Instituição criada para ministrar o ensino fundamental em consonância com o disposto nos artigos 273 e 274 da Constituição Estadual, e destinará até 50% das vagas disponíveis aos filhos e dependentes dos servidores do Poder Legislativo.

2- PRESIDÊNCIA (Resolução nº 02/2022)

I - quanto às sessões da Assembleia Legislativa:

- a) convocá-las e presidi-las;
- b) manter a ordem e fazer observar as Constituições do Brasil e do Pará, as leis e este Regimento;
- c) conceder a palavra aos Deputados;
- d) advertir o orador ou o aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse o tempo regimental;
- e) convidar o orador a declarar, quando for o caso, se irá falar a favor da proposição ou contra ela;
- f) interromper o orador quando este se desviar do assunto em discussão ou falar sobre matéria vencida, advertindo-o, e, em caso de insistência, retirar-lhe a palavra;
- g) determinar à taquigrafia o cancelamento de discurso ou apartes, quando antirregimental;
- h) advertir o Deputado que se portar de maneira inconveniente à ordem dos trabalhos, convidando-o a retirar-se do recinto do Plenário, se necessário, para a garantia do seguimento dos trabalhos;
- i) decidir sobre as questões de ordem;
- j) determinar, em qualquer fase dos trabalhos, se julgar necessário, verificação de presença;
- k) convidar os Deputados para acompanhar as apurações, na forma deste Regimento;
- l) autorizar o Deputado a falar da bancada, em caso de necessidade reconhecida;
- m) suspender ou encerrar a sessão antes do horário previsto, em caso de tumulto ou força maior;
- n) autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência na ata;
- o) anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes em Plenário;
- p) anunciar o projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões e a fluência do prazo para interposição do recurso a que se refere o § 1º do art. 73;
- q) submeter a discussão e votação a matéria para esse fim destinada, bem como estabelecer o ponto da questão que será objeto da votação;
- r) anunciar o resultado da votação e declarar a prejudicialidade;
- s) organizar e designar a Ordem do Dia sob sua responsabilidade e direção;
- t) desempatar o resultado de votação ostensiva, sendo-lhe facultado o voto nas demais situações, contando-se a sua presença, em qualquer caso, para efeito de quórum;
- u) aplicar censura verbal a Deputado;

II - quanto às proposições:

- a) despachar os requerimentos e moções submetidos à sua apreciação;
- b) proceder a distribuição de matéria às Comissões Permanentes;
- c) deferir a retirada de proposição da Ordem do Dia;
- d) determinar o seu arquivamento ou desarquivamento, nos termos regimentais;
- e) devolver ao Autor a proposição que incorra no disposto no § 3º do art. 208;

III - quanto às Comissões:

- a) declarar a perda de lugar de membro de Comissão, quando incidir no número de faltas previstas neste Regimento, conforme dispõe o art. 61, § 2º;
- b) convocar reuniões extraordinária de Comissões, inclusive conjuntas, para apreciar proposições em regime de urgência e prioridade;
- c) presidir as reuniões dos Presidentes das Comissões;

- d) designar seus membros titulares e suplentes mediante comunicação dos Líderes, ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado, consoante o art. 50;
- e) assegurar os meios e condições necessários ao seu pleno funcionamento;
- f) convidar o Relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer;
- g) convocar as Comissões Permanentes para a eleição dos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes, nos termos do art. 52 e seus parágrafos;
- h) julgar recurso contra decisão de Presidente de Comissão em Questão de Ordem;

IV - quanto às reuniões da Mesa Diretora:

- a) convocá-las e presidi-las;
- b) distribuir a matéria que dependa de parecer;
- c) tomar parte nas discussões e deliberações, com direito a voto;
- d) executar as suas decisões quando tal incumbência não for atribuída a outro de seus membros;

V - quanto às publicações e à divulgação:

- a) determinar a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, ou no Sistema de Tramitação, ou em ambos, das matérias e documentos, nos casos em que haja a exigência prevista neste Regimento;
- b) não permitir a publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias do decoro parlamentar;
- c) divulgar as decisões do Plenário, das reuniões da Mesa, das Comissões e dos Presidentes das Comissões, encaminhando cópia ao órgão de informação da Assembleia Legislativa;

VI - quanto à sua competência geral, dentre outras:

- a) substituir temporariamente o Governador em caso de seu impedimento e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, nos termos do art. 130 da Constituição do Estado;
- b) integrar o Conselho do Estado, conforme dispõe o inciso I do art. 146 da Constituição Estadual;
- c) dar posse aos Deputados, na conformidade do art. 3º;
- d) conceder licença a Deputado, exceto na hipótese do inciso I do art. 306;
- e) declarar a vacância do mandato nos casos de falecimento ou renúncia de Deputado, observando-se os arts. 309 a 311;
- f) zelar pelo prestígio e decoro da Assembleia Legislativa, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros, em todo o território nacional;
- g) dirigir, com suprema autoridade, a polícia da Assembleia Legislativa;
- h) convocar e reunir, periodicamente, sob sua presidência, os Líderes e os Presidentes das Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame das matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;
- i) encaminhar aos órgãos ou entidades referidos no art. 84, as conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- j) autorizar, por si ou mediante delegação, a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no prédio da Assembleia Legislativa e fixar-lhes data, local e horário, ressalvada a competência das Comissões;
- k) deliberar, ad referendum da Mesa, nos termos do § 3º do art. 26;
- l) cumprir e fazer cumprir o Regimento;
- m) assinar a correspondência destinada, dentre outros, aos órgãos públicos do Estado do Pará e à Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores, Ministérios de Estado, Assembleias Legislativas, Governos Estaduais, Tribunais de Justiça, Comandos Militares, Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados e Tribunais de Contas dos Municípios, Câmaras Municipais, Prefeituras, autoridades estrangeiras e representantes diplomáticos;
- n) solicitar urgência para apreciação dos projetos de iniciativa do Poder Legislativo;
- o) assinar folhas de pagamento, juntamente com o 1º Secretário;
- p) dirigir e inspecionar, juntamente com o 1º Secretário, os serviços administrativos da Assembleia;

q) ordenar e fiscalizar a execução de despesas, efetuar pagamentos autorizados pela Mesa Diretora e assinar os documentos contábeis respectivos, juntamente com o 1º Secretário;
 r) decidir, em primeira instância, sobre recursos contra atos da Secretaria Legislativa, cabendo, de sua decisão, recurso do interessado à Mesa Diretora.

§ 1º O presidente promulgará as leis, nas hipóteses previstas no inciso XXXVI do art. 92 da Constituição Estadual.

§ 2º Sempre que tiver de se ausentar do Estado por mais de quinze dias, o Presidente transmitirá o exercício do cargo ao 1º Vice-Presidente, e, na ausência deste, aos demais membros da Mesa, na ordem ordinal de sucessão, procedendo-se de igual forma nos seus demais casos de ausência ou de impedimento.

§ 3º Para tomar parte na discussão de proposição em Plenário, o Presidente deixará a Presidência e reassumirá após ter discutido a matéria.

§ 4º É de competência do Presidente:

I - a concessão de passagens aéreas, rodoviárias ou de qualquer natureza, para Deputados e assessores, quando a serviço da Assembleia, ou para participarem de congressos, convenções, conferências, seminários e eventos semelhantes considerados de importância para o Estado do Pará ou o povo paraense;

II - autorizar a locação de qualquer veículo ou meio de transporte com o fim de atender o disposto no inciso anterior.

§ 5º No retorno, o Deputado ou servidor apresentará à Mesa os devidos comprovantes de viagem, bem como um relatório circunstanciado sobre os gastos.

§ 6º Caso julgue ser de relevante interesse social ou público, o Presidente poderá, excepcionalmente, autorizar a concessão de passagens ou a locação de que tratam o § 4º deste artigo, em favor de pessoas ou entidades da sociedade civil.

§ 7º O Presidente poderá ter a iniciativa de proposição e de emendas.

§ 8º O Presidente poderá, em qualquer momento, do seu assento, fazer ao Plenário comunicação de interesse da Assembleia Legislativa ou do Estado do Pará.

§ 9º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competências que lhe sejam próprias.

2.1- CHEFIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (Resolução nº 05/87)

a) Assistir direta e imediatamente o Presidente no exercício de suas funções, e se incumbir do preparo do expediente de sua exclusiva competência;

b) Providenciar, de acordo com o expediente, as audiências e as representações sociais do Presidente da Assembleia Legislativa, bem como, executar outros serviços que por este lhe forem determinados;

c) Auxiliar o Presidente em todos os seus contatos com autoridades civis ou militares, e representá-lo, por sua determinação, em atos oficiais e solenidades externas, assim como, assessorá-lo em assunto de segurança interna;

d) Manter e expedir as correspondências oficiais do Presidente;

e) Tomar a iniciativa de, com a assinatura do Presidente, cumprimentar ou sentimentar, conforme o caso, às autoridades em geral e pessoas relacionadas com a Presidência;

f) Executar outras tarefas correlatas.

2.2- OFICIAL DE GABINETE (Resolução nº 07/74)

a) Atender aos Srs. Deputados, autoridades e outras pessoas, que solicitem audiências com o Presidente, 1º Vice-Presidente e 1º Secretário;

b) Minutar todo e qualquer expediente, quando solicitado, bem como, executar outras atividades compatíveis com a função.

2.3- OUVIDORIA (Resolução nº 02/2022)

I - receber, examinar, encaminhar aos órgãos competentes e responder às manifestações de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, nos termos da lei, como “reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços”. Dentre essas manifestações estão incluídas aquelas que versem sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;
- II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e abusos constatados;
- III - propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como o aperfeiçoamento da organização da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;
- IV - propor, quando cabível, a abertura de sindicância, processo administrativo disciplinar ou inquérito destinado a apurar eventuais irregularidades;
- V - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Contas dos Municípios, à Polícia Civil, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;
- VI - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Assembleia Legislativa sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;
- VII - realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil, observando-se o disposto nos arts. 91 a 94.

2.4- CHEFIA DO GABINETE CIVIL (Resolução nº 05/87)

- a) Assistir direta e imediatamente o presidente no exercício de suas funções e se incumbir ao seu titular do preparo do expediente de sua exclusiva competência;
- b) Acompanhar a preparação e cumprimento da agenda da presidência elaborada pelos serviços de cerimonial imprensa e divulgação;
- c) Supervisionar junto ao Serviço de Cerimonial o protocolo e a realização de eventos que integram o calendário do Poder Legislativo;
- d) Supervisionar junto ao Serviço de Imprensa e Divulgação o registro e divulgação dos atos solenes e demais eventos de interesse da Assembleia Legislativa;
- e) Acompanhar a expedição de correspondências sociais e Oficiais da Presidência junto aos serviços competentes;
- f) Exercer demais atribuições que lhe seja determinada pela Presidência, desde que não conflite com as competências das diretorias.

2.4.1- DIVISÃO DE CERIMONIAL (Resolução nº 05/87)

- a) Dirigir e executar as atividades de relações públicas e cerimonial.
- b) Organizar e manter atualizados fichários com relações de autoridades civis, militares, eclesiásticas e Corpo Diplomático, Presidentes de Sociedades de Economia Mista, Autarquias e entidades representativas de classe.
- c) Providenciar, de acordo com as orientações da Mesa Diretora, da Presidência e do Gabinete Civil, recepções, comemorações de eventos nacionais ou estaduais ou solenidades do calendário do Poder Legislativo, bem como acontecimentos lutosos.
- d) Comunicar ao Diretor de Administração, a necessidade de providências para a preparação do plenário, Salão de Honra ou outras dependências para a realização de solenidades.
- e) Expedir convites às autoridades, mediante orientação da Mesa Diretora, da Presidência ou do Gabinete Civil para as solenidades e eventos promovidos pela casa.
- f) Receber e acompanhar autoridades em visita à Assembleia, incumbindo-se dos contatos com os Senhores Deputados.
- g) dirigir a recepção diária nas entradas e andares da sede da Assembleia Legislativa.
- h) Elaborar e expedir a correspondência social e oficial da Presidência no âmbito das competências desses serviços.
- i) Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

2.4.2- ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO (Resolução nº 05/87)

- a) Dirigir e executar os Serviços de Imprensa da Assembleia Legislativa.
- b) Credenciar jornalistas, radialistas, fotógrafos, cinegrafistas, junto à Assembleia Legislativa.
- c) Divulgar pela imprensa, rádio e televisão, os trabalhos e atos do Poder Legislativo.
- d) Preparar e distribuir a sinopse dos noticiários diários.

- e) Fazer publicar as proposições, documentos e papéis devidamente numerados e despachados, que lhe forem encaminhados.
- f) Fazer a distribuição aos Senhores Deputados e aos Órgãos da Administração, dos avulsos e publicações da Assembleia Legislativa.
- g) Providenciar a reprodução de atos, documentos de Deputados ou outros, mediante prévia autorização.
- h) Registrar e divulgar as sessões do Plenário, quando determinado e das comissões ou solenidades realizadas pela Assembleia Legislativa, em gravadoras de som.
- i) Coordenar as tarefas de registro fonográfico, e fotográfico, sua reprodução, com índices e identificação.
- j) Elaborar normas de utilização dos aparelhos gravadores.
- k) Guardar e conservar o material de gravação utilizado, compreendendo os aparelhos, seus acessórios, fitas sensíveis e seus arquivos.
- l) Providenciar os reparos que se fizerem necessários nos respectivos equipamentos.
- m) Executar outras tarefas correlatas.

2.5- COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-CAC (Ato de Mesa nº 114-A/99)

Prestar assessoramento aos cidadãos quanto aos seus direitos e garantias individuais, podendo interceder em seu favor a nível administrativo e judicial.

2.6- GABINETE MILITAR (Lei 5.299/1985 e Decreto Legislativo 29/95)

- I- Exercer o policiamento e a segurança do edifício sede da Assembleia Legislativa e de suas dependências externas, na manutenção da disciplina, do respeito e segurança indispensáveis ao desenvolvimento das atividades parlamentares e dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional do Poder Legislativo;
- II- O policiamento e a segurança de que trata este artigo serão exercidos por servidores policiais-militares da ativa das corporações policiais-militares do Estado, colocados à disposição da Presidência pela autoridade competente, chefiados por um Coronel do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará, sem prejuízo de seus soldos e demais vantagens.

2.7- INSPETORIA DE SEGURANÇA (Decreto Legislativo 70/90)

- I- Fazer o policiamento Junto às Comissões, quando solicitado pelo Presidente;
- II- Fiscalizar o ingresso de pessoas estranhas, impedindo os inconvenientemente trajados ou portadores de embrulhos e instrumentos agressivos;
- III- Retirar das dependências do prédio, qualquer pessoa cuja presença se torna inconveniente;
- IV- Efetuar a detenção de quem cometer delito ou perturbar a ordem, conduzindo-o, se for o caso, às autoridades competentes;
- V- Impedir, no recinto da Assembleia porte de armas por particulares, funcionários e jornalistas;
- VI- Impedir a colocação de cartazes, emblemas, bandeiras, escritos ou ornamentação de qualquer natureza no edifício da Assembleia, quando não houver autorização do Presidente ou da Mesa Diretora;
- VII- Comunicar à chefia imediata, as anormalidades e as providências adotadas ou cabíveis;
- VIII- Vigiar e proteger os bens de Assembleia;
- IX- Orientar as pessoas que transitam no prédio no que diz respeito às informações de serviços e localização de Gabinetes;
- X- Não permitir a entrada no Plenário de pessoas cujo ingresso é proibido pelo Regimento;
- XI- Permitir a entrada de pessoas acompanhadas dos senhores deputados, desde que convenientemente trajadas;
- XII- Exigir a apresentação de credenciais aos jornalistas em serviço no Plenário;
- XIII- Retirar do Plenário, antes do início da sessão, as pessoas cuja permanência é proibida pelo Regimento;
- XIV- Examinar, cuidadosamente, toda a área do Plenário antes e após as sessões;
- XV- Fazer relatório escrito ao superior, sobre alterações ocorridas no seu horário de serviço;

- XVI- Revistar, quando necessário, as pessoas que ingressarem nas galerias para assistir às reuniões;
- XVII- Retirar das galerias as pessoas que transgredirem as recomendações do silêncio;
- XVIII- Proibir o ingresso nas galerias, de pessoas que não estiverem decentemente vestidas;
- XIX- Examinar, cuidadosamente, todos os locais das galerias, antes e após as reuniões;
- XX- Realizar outras tarefas correlatas.

2.8- PROCURADORIA GERAL (Resolução 14/92)

- a) Privativamente representar judicialmente o Poder Legislativo, ativa e passivamente, nas ações em que a Assembleia Legislativa for parte observado o disposto no artigo 90, CAPUT, da Constituição do Estado;
- b) Prestar assessoramento jurídico à Mesa Diretora e emitir parecer escrito, quando solicitado pela Presidência;
- c) emitir parecer jurídico em todos os processos administrativos;
- d) Elaborar informações da Assembleia em arguição direta de inconstitucionalidade de lei estadual;
- e) Elaborar informações, ofícios e demais atos diretamente passíveis de apreciação do Poder Judiciário;
- f) Orientar, assessorar e sugerir à Biblioteca da Assembleia Legislativa, quanto à aquisição de obras e revistas jurídicas;
- g) Praticar os demais atos correlatos às suas funções essenciais.

2.8.1- CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA (Resolução 14/92)

- a) Receber, protocolar e registrar os processos que derem entrada no Órgão e anotar a respectiva baixa;
- b) Datilografar os pareceres e os demais trabalhos da Procuradoria;
- c) Organizar, sob a orientação do Procurador Geral ou procurador por este designado, fichário de legislação doutrina e jurisprudência;
- d) Elaborar a correspondência da Procuradoria;
- e) Manter organizado e atualizado o arquivo de pareceres;
- f) Elaborar o ementário de pareceres para efeito de publicação anual e confeccionar as respectivas fichas;
- g) Secretariar as Reuniões do Colegiado lavrando as respectivas Atas;
- h) Auxiliar o Procurador Geral na distribuição dos processos;
- i) Executar outras tarefas correlatas.

2.9- CONSULTORIA TÉCNICA (Resolução nº 18/74)

- a) Prestar assistência à Mesa Diretora, às Comissões Técnicas, aos Deputados e aos órgãos Administrativos;
- b) Instruir os processos que forem encaminhados ao Gabinete da Consultoria Técnica;
- c) Proceder, a pesquisas, críticas e coordenação de elementos destinados à elaboração de projetos e estudos de matéria de interesse da Assembleia;
- d) Coordenar os trabalhos relativos ao Projeto de Interiorização do Poder Legislativo, prestando assessoramento às comissões;
- e) Patrocinar a defesa da Assembleia Legislativa, em Juízo ou fora dele, quando determinado pelo Presidente;
- f) Emitir pareceres e informações aos processos legislativos e administrativos;
- g) Elaborar minutas de contratos, resoluções, convênios e outros atos administrativos;
- h) Desempenhar outras tarefas correlatas.

2.10- ASSESSORIA TÉCNICA (Resolução nº 07/74)

- I- Interpretar legislação e matérias de interesse da Assembleia Legislativa;
- II- Propor à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, através do coordenador, a reforma total ou parcial deste Regimento Interno;
- III- Ratificar ou modificar parecer de assessor técnico levado a sua deliberação;
- IV- Dirimir conflitos nos entendimentos e aplicações de leis no seu âmbito interno, respeitadas as respectivas doutrina e jurisprudência;

- V- Apreciar e exarar parecer em recursos interpostos em decisões administrativas, inclusive quanto a pessoal;
- VI- Fazer a juntada nas proposições que integram o processo legislativo de cópias dos dispositivos legais e constitucionais inerentes ao assunto abordado antes da análise das Comissões Técnicas;
- VII- proceder a atualização da legislação estadual através da manutenção do Banco de Leis da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, observado que preceitua o Ato da Mesa Diretora n° 52, de 18 de setembro de 1996.

2.11- COORDENADORIA TÉCNICA (Decreto Legislativo n° 106/2012)

- I- Prestar assessoramento técnico legislativo à adoção de direcionadores estratégicos nas atividades desenvolvidas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará -ALEPA, quer seja para a revisão de seus procedimentos legislativos e administrativos, quer seja para a implementação e qualificação de seus canais de comunicação junto à sociedade;
- II- Desenvolver pesquisas e estudos dirigidos à modernização da gestão institucional adequando-a ao profissionalismo, efetividade e resultados compatíveis com os encargos e atuação da ALEPA;
- III- prestar assessoramento técnico legislativo ao processo administrativo e legislativo inclusive quanto à adoção de novas práticas de trabalho estratégias de gestão do conhecimento; tecnologias de informação e comunicação; conceitos de gestão de pessoas e estratégias de ampliação da presença da função parlamentar regionalizada;
- IV- Prestar assessoramento técnico legislativo no desenvolvimento de programas, projetos e/ou ações administrativas relacionadas à responsabilidade socioambiental, criadas e implantadas pela ALEPA.

2.12- AUDITORIA (Decreto Legislativo 04/2012)

- I- Realizar os serviços de auditoria contábil e analítica, direta ou indireta, preventiva e corretiva, de acordo com as normas estabelecidas pelo próprio setor;
- II- Elaborar normas sobre as atividades de auditoria contábil, financeira e administrativa;
- III- Realizar análise de demonstrativos de execução orçamentária;
- IV- Analisar e apurar processos envolvendo registros irregulares de atos e fatos contábeis e administrativos;
- V- Observar e fazer cumprir os regulamentos e as instruções normativas, bem como a atualização dos documentos oficiais;
- VI- Tomar as providências necessárias à regularização dos relatórios contábeis e financeiros;
- VII- Prestar suporte técnico à Presidência, quando solicitado;
- VIII- Solicitar, quando necessário, informações dos órgãos contábeis e financeiros para realização dos serviços de auditoria;
- IX- Elaborar relatório sumário, dando ciência à Presidência das anormalidades verificadas, apresentando sugestões para regularização e prestando o assessoramento necessário;
- X- Pesquisar e examinar a autenticidade de documentos;
- XI- Verificar a exatidão dos controles contábeis. Financeiros e orçamentários;
- XII- Controlar a aplicação de recursos financeiros, valores e guarda de bens da Assembleia Legislativa e respectivos controles internos;
- XIII- Realizar outras atividades correlatas.

2.13- DEPARTAMENTO DE MEMORIAL LEGISLATIVO (Decreto Legislativo n° 02/2017)

- I- A preservação e divulgação da memória legislativa no Pará;
- II- Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar a política museológica estabelecida através de programas, projetos e atividades, bem como desenvolver o serviço educativo, atividades culturais e afins;
- III- Colaborar com a iniciativa privada e iniciativa da comunidade, no que se relacione com as atividades inerentes a área do Memorial;
- IV- Elaborar planos, programas e projetos que objetivem o desenvolvimento de suas atividades em conformidade com a política fixada;
- V- Sugerir o tombamento de bens culturais aos órgãos competentes;

- VI- Informar aos órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, documentais e patrimoniais;
- VII- Promover a utilização do Memorial dentro de uma perspectiva pedagógica, didática e turística, colocando-o à disposição do público em geral, pesquisadores e instituições educacionais, científicas e turísticas;
- VIII- Convênir-se com instituições afins, objetivando otimizar o desenvolvimento de suas finalidades;
- IX- Estudar, debater e orientar assuntos referentes a Museologia, Resgate Histórico, Conservação e Restauro;
- X- Articular as providências para a segurança e conservação do acervo e instalações do Memorial, assim como do Patrimônio Histórico da ALEPA;
- XI- Adotar sempre que possível, as técnicas museológicas sugeridas pelo ICOM – Comitê Internacional de Museus e/ou reconhecidas pelos Conselhos Regionais e Federal de Museologia e orientar essas técnicas, através de cursos de museologia, arquivologia e conservação de patrimônio;
- XII- Propor a aquisição ou permuta de bens museológicos;
- XIII- Sugerir e manter intercâmbio com instituições afins;
- XIV- Orientar, coordenar, executar e participar de cursos, seminários congressos, colóquios, concursos, exposições de âmbito local, estadual, regional, nacional, internacional e de outras atividades de caráter museológico, da arquivologia, histórico e de conservação patrimonial;
- XV- Propor seguro dos acervos museológicos e das instalações;
- XVI- Realizar exposições temporárias com acervo próprio e/ou de terceiros, visando o desenvolvimento e aprimoramento cultural da comunidade;
- XVII- Difundir e estimular o conhecimento legislativo, através de exposições, cursos, conferências, exposições itinerantes, publicações, portais, cartazes, dispositivos, catálogos, concursos e outros;
- XVIII- Propor convênio com instituições públicas e privadas, objetivando respaldos técnicos e financeiros para dinamizar a implementação de suas atividades;
- XIX- Coletar, pesquisar, classificar, fichar, catalogar, tomar, guardar, expor, conservar, restaurar, divulgar e processar os objetos, quadros, documentos e peças do Memorial;
- XX- Opinar sobre o valor e aceitação de peças oferecidas ao Memorial por doação ou oferecimento para compra, feito por terceiros;
- XXI- Articular com os demais setores da Assembleia em vista do funcionamento, manutenção e objetivos do Memorial;
- XXII- Desenvolver outras atividades correlatas;
- XXIII- Ficar à disposição das Comissões Permanentes da ALEPA, para a emissão de pareceres técnicos em projetos relacionados às atividades desempenhadas pelo Memorial, sempre que solicitado.

2.13.1- DIVISÃO DE ACERVO HISTÓRICO, INFORMAÇÃO E PUBLICAÇÃO (Decreto Legislativo nº 02/2017)

- I- Programar, coordenar, supervisionar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Divisão;
- II- Coletar, estudar, pesquisar, classificar, fichar, catalogar, tomar, preservar, conservar, guardar expor, divulgar publicar, informatizar e editar os acervos históricos do Poder Legislativo do Estado do Pará;
- III- Processar tecnicamente a documentação Histórica da ALEPA;
- IV- Definir o espaço adequado à apresentação e guarda das doações;
- V- Coordenar o assessoramento técnico nas áreas de da Conservação Documental e Iconográfica do Memorial;
- VI- Apresentar relatório mensal das atividades do Setor;
- VII- Criação do Concurso de Monografias Históricas da ALEPA e Elaboração do seu Edital;
- VIII- Desenvolver outras atividades correlatas.

2.13.1.1- SEÇÃO DE ARQUIVO (Decreto Legislativo nº 02/2017)

- a) Receber os documentos e processos mandados arquivar, proceder o exame de suas peças e promover a restauração das que estiverem dilaceradas;

- b) Orientar as atividades de avaliação e destinação de documentos, para efeito de preservação permanente, temporária ou eliminação;
- c) Promover a classificação sistemática e arquivamento dos documentos;
- d) Organizar catálogos ou índices por assunto onomástico e cronológico;
- e) Receber e classificar de forma sistemática e racional, processos findos e os documentos concernentes a assuntos resolvidos, com despacho da autoridade Competente;
- f) Encaminhar, para processamento de microfilmagem, após seleção, todos os documentos referentes a assuntos considerados relevantes;
- g) Proceder a busca e providenciar o fornecimento de cópias ou certidões dos documentos microfilmados e arquivados, quando solicitados;
- h) Fornecer por determinação superior, peças de expedientes microfilmados e arquivados, mediante traslado e recebido;
- i) Manter microfilmados as fichas pessoais de parlamentares e de funcionários, aposentados e exonerados;
- j) Programar, coordenar, supervisionar e avaliar os serviços de conservação e restauro dos acervos documentais do Memorial;
- k) A digitalização do acervo documental da ALEPA;
- l) Executar outras tarefas correlatas.

2.13.1.2- SEÇÃO DE PESQUISA HISTÓRICA E PUBLICAÇÕES (Decreto Legislativo nº 02/2017)

- I- Coletar, estudar, pesquisar e digitalizar documentos e acervos fotográficos relacionados com a História e Memória do Poder Legislativo;
- II- Conservação e acomodação da documentação histórica da ALEPA;
- III- Publicação de livros temáticos sobre a história do Poder Legislativo e da Política no Estado do Pará;
- IV- Publicação de Revista Científica sobre o Poder Legislativo;
- V- Manutenção e alimentação de informações do link do memorial e das mídias da ALEPA;
- VI- Coordenar e publicar o resultado do Concurso de Monografias Históricas da ALEPA;
- VII- Viabilizar a informatização do acervo do Memorial;
- VIII- Apresentar relatório mensal das atividades do setor;
- IX- Desenvolver outras atividades correlatas.

2.13.2- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ACERVO DE MUSEOLOGIA (Decreto Legislativo nº 02/2017)

- I- Programar, coordenar supervisionar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Divisão;
- II- Coletar, estudar, pesquisar, classificar, fichar, catalogar, tomar, preservar, conservar, guardar, expor, divulgar e editar os acervos do Memorial;
- III- Processar tecnicamente as coleções do Memorial;
- IV- Definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das doações;
- V- Coordenar o assessoramento técnico nas áreas de Museologia e Serviço Educativo;
- VI- Formar e manter acervo bibliográfico específico de Museologia, conservação e restauro, Serviço Educativo do Memorial, Ciências Políticas, Direito Públicos e demais áreas afins às ciências sociais aplicadas;
- VII- Propor calendário de visitação do mesmo;
- VIII- Propor calendário para a ocupação dos espaços do memorial com exposições externas e outras atividades afins;
- IX- Programar, coordenar e acompanhar o transporte de bens museológicos, assim como, orientar a sua embalagem;
- X- Receber, guardar e controlar o material usado pelo Museu;
- XI- Apresentar relatórios mensais das atividades do Setor;
- XII- Desenvolver outras atividades correlatas.

2.13.2.1- SEÇÃO DE BIBLIOTECA (Resolução nº 05/87)

- a) Coordenar e executar os serviços da biblioteca nos termos de regulamento próprio;
- b) Propor e executar pesquisas de interesse dos serviços da Assembleia;
- c) Prestar as informações culturais que lhes seja solicitada.

2.13.2.2- SEÇÃO DE MUSEU (Decreto Legislativo nº 02/2017)

- I- Promover a dinâmica educativa e cultural do Museu;
- II- Identificar o interesse dos grupos visitantes (público em geral, estudantes, pesquisadores e turistas) apresentando as informações pertinentes;
- III- Promover programas de desenvolvimento e aperfeiçoamento para funcionários do Museu;
- IV- Articular-se com os demais setores do Memorial, visando a melhor comunicação ou leitura das mensagens do acervo museológico;
- V- Executar as visitas orientadas ou guiadas do Memorial;
- VI- Elaborar e manter atualizado o registro do Memorial;
- VII- Elaborar modelos de fichamento, catalogação e os demais necessários aos serviços do Museu;
- VIII- Elaborar o registro do controle do acervo do Memorial;
- IX- Solicitar em assunto(s) no(s) qual(s) não haja especialistas no Memorial;
- X- Elaborar relatórios mensais das atividades do setor;
- XI- Executar outras atividades correlatas.

2.14- DIRETORIA DA ESCOLA DO LEGISLATIVA (Resolução nº 01/2002)

- I- Qualificar os servidores da Assembleia Legislativa nas atividades de suporte técnico-administrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos;
- II- Oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa doutrinária e política às atividades do Poder Legislativo;
- III- Constituir um conjunto de informações para subsidiar a elaboração de projetos e demais proposições legislativas;
- IV- Oferecer aos servidores do Poder Legislativo, conhecimentos básicos para o exercício de qualquer função dentro da Assembleia Legislativa;
- V- Promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade político-brasileira;
- VI- Fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em convênio com outras instituições de ensino;
- VII- Realizar cursos oferecidos preferencialmente aos servidores, com possibilidades de complementarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade.

3- SECRETARIA LEGISLATIVA (Resolução nº 05/87)

- a) Planejar, coordenar, supervisionar, dirigir ou executar todos os serviços administrativos, sob sua subordinação, da Assembleia Legislativa;
- b) Fazer cumprir as disposições do Regimento Interno e do Regulamento dos Funcionários e Servidores Contratados da Assembleia Legislativa;
- c) Despachar papéis relativos a serviços internos da Assembleia Legislativa;
- d) Determinar a publicação de atos oficiais;
- e) Registrar termos de contratos aprovados pela Mesa Diretora;
- f) Prestar informações que lhe forem solicitadas pela Mesa Diretora;
- g) Apresentar aos membros da Mesa Diretora, mensagem e demais papéis que devam ser expedidos com suas assinaturas;
- h) Corresponder-se com os demais órgãos públicos em matéria pertinente ao serviço, quando a correspondência, por sua natureza, não requerer a assinatura do Presidente ou qualquer outro membro da Mesa Diretora;
- i) Transmitir, executar ou fazer executar as determinações da Presidência ou da Mesa Diretora;
- j) Encaminhar à Mesa Diretora as reclamações ou informações prestadas pelos órgãos da Assembleia Legislativa, sob sua responsabilidade;
- l) Prestar assistência à Mesa Diretora, no decurso de suas reuniões;
- m) Colaborar com o Presidente na elaboração de seu relatório anual;
- n) Cumprir suas atribuições expressas no Regimento Interno e no Regulamento dos Funcionários e Servidores contratados da Assembleia Legislativa, bem como, executar outras tarefas correlatas.

3.1- SEÇÃO DE PROTOCOLO (Resolução nº 05/87)

- a) Receber e registrar as correspondências e documentos dirigidos à Assembleia Legislativa.
- b) Receber e encaminhar aos destinatários as correspondências dirigidas a deputados e funcionários.
- c) Proceder à postagem de correspondências destinadas a este fim.
- d) Proceder a entrega externa por meios próprios de correspondências ou documentos oficiais.
- e) Encaminhar ao Secretário Legislativo, observadas as determinações próprias, das correspondências oficiais recebidas.
- f) Realizar outras tarefas correlatas que lhe sejam atribuídas.

3.2- SEÇÃO DE DIÁRIO OFICIAL (Decreto Legislativo 20/85 e Resolução nº 05/87)

- a) Coordenar e supervisionar as publicações, distribuir o diário oficial e coletânea de leis de caráter permanente.
- b) Publicar as Resoluções, portarias e ordens de serviço da Administração da Assembleia Legislativa.
- c) Publicar as Atas taquigráficas das Sessões Plenárias, depois de devidamente revistas e conferidas.
- d) Publicar relatórios e outros documentos relativos às atividades das comissões permanentes, especiais e de inquéritos.
- e) Publicar, por determinação superior, outras matérias de interesse do Poder Legislativo.
- f) Executar outras tarefas correlatas.

3.2.1- SEÇÃO DE DIAGRAMAÇÃO (Resolução nº 05/87)

- a) Calcular a matéria conforme o espaço a ser utilizado.
- b) Organizar tecnicamente a estética jornalística proporcionando um melhor aproveitamento e organização de cada matéria a ser publicada.

3.3- SUBSECRETARIA LEGISLATIVA (Resolução nº 07/74)

- a) Auxiliar o Secretário Legislativo na execução de suas atribuições;
- b) Substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos. Observando o cumprimento de suas atribuições, assim como, executar outras tarefas correlatas.

3.4- DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR SOCIAL (Resolução nº 62/91)

- I- Coordenar e supervisionar todas as atividades das divisões e Seções que estão diretamente ligadas a este Departamento;
- II- Emitir ordens de serviços sobre assuntos específicos;
- III- Tomar as demais providências que estejam contidas explícitas ou implicitamente, no âmbito de suas atribuições;
- IV- O departamento funcionará no mesmo horário observado pelos serviços administrativos da Assembleia Legislativa.

3.4.1- DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL (Resolução nº 62/91)

- a) Atuar diretamente nas necessidades sociais dos servidores, desencadeando um processo de ação-reflexão, fazendo com que através da conscientização, organização e capacitação, os servidores avancem no processo de participação.
- b) Conhecer e sistematizar os principais problemas sociais dos servidores para o alargamento da percepção sobre as causas, condições e os meios de encaminhamento.
- c) Manter entrosamento com a direção da Casa, chefias equipes de saúde, incentivando o interesse por problemas que afetam a clientela, e com eles definir e executar as ações necessárias à melhoria de condições de vida e saúde do servidor.
- d) Buscar com objetividade e criticidade, formas de trabalho voltadas à realidade do servidor.
- e) Estimular o servidor a superar suas limitações e assumir seu papel histórico no interior da sociedade.

3.4.2- DIVISÃO DE SAÚDE (Resolução nº 62/91)

- I- Avaliar a capacidade laborativa, física ou mental dos servidores da Assembleia Legislativa e fornecer o respectivo laudo;

II- Diagnosticar e avaliar a incapacidade total e dos servidores para fins de aposentadoria por invalidez e fornecer o respectivo laudo;

VII- Distribuir encargos do serviço entre médicos e paramédicos, odontólogos, enfermeiros, psicólogos, sociólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas e dietéticos e pessoal administrativo que integram o serviço;

VIII- A junta médica de saúde será composta de 02 (dois) médicos, além do diretor ou responsável pelo DBES, que será seu presidente. Eventualmente poderá ser ouvido um médico de determinada especialidade, para pronunciar-se a respeito de casos legais.

3.4.2.1- SEÇÃO DE SAÚDE (Resolução nº 62/91)

I- Realizar inspeção médica periódica: exames admissionais e outros quando julgar necessários;

II- Prestar consultas aos servidores deste Poder;

III- Fornecer atestado médico que justifiquem a ausência dos servidores no trabalho;

IV- No exame ocasional de saúde, fornecer laudo médico-pericial através de formulário próprio de quatro (04) a cento e vinte (120) dias, através de junta médica;

V- Realizar visitas a servidores em domicílios ou em hospitais, com a finalidade de constatação de doença e avaliação de incapacidade. Para tanto, os médicos poderão alocar 1/3 de sua carga horária de trabalho diário.

3.5- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (Resolução nº 05/87)

Dirigir e supervisionar as atividades das diretorias de Divisão de Apoio Administrativo e Divisão de Serviços Gerais.

3.5.1.1- SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO (Resolução nº 05/87)

a) Manter as comunicações em geral da Assembleia interna e externa.

b) Efetuar os serviços de comunicação telefônica, fiscalizando-os quando executados por terceiros.

c) Zelar pela Conservação da aparelhagem telefônica, solicitando os reparos que se fizerem necessários.

d) Receber e expedir os papéis encaminhados à Assembleia e por ela enviados, protocolando todos.

e) Manter anotados e atualizados os arquivos, fichários, livros de entrada e saída dos documentos e processos.

f) Atender às consultas e prestar informações.

g) Executar outras tarefas correlatas.

3.5.1.2- SEÇÃO DE COMPRA E AQUISIÇÃO DE MATERIAL (Resolução nº 05/87)

a) Acompanhar o controle das dotações orçamentárias de material.

b) Proceder às licitações, compras, cadastramento de fornecedores, pesquisa de mercado, cronogramas de compras.

c) Executar os contratos de compras e outros Atos relativos à aquisição ou alienação de material de consumo ou permanente.

d) Proceder à entrega ao serviço de patrimônio do material permanente adquirido, quando baixa no alienado.

e) Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

3.5.1.3- SEÇÃO DE REPROGRAFIA (Resolução nº 05/87)

a) Proceder à confecção de impressos, pelos meios disponíveis, para atender o expediente, falta e avulso do plenário.

b) Proceder à impressão dos expedientes das comissões permanentes ou temporárias.

c) Copiar documentos que lhe forem solicitados nos termos da regulamentação vigente.

d) Observar as normas de controle de impressão e copiamento da Assembleia Legislativa.

e) Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas.

3.5.2- DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS (Resolução nº 05/87)

Organizar, coordenar e dirigir as atividades dos Serviços de Transporte, Portaria e Zeladoria, Material e Patrimônio, Administração do Plenário, e Controle de Patrimônio.

3.5.2.1- SEÇÃO DE TRANSPORTE (Resolução nº 05/87)

- a) Realizar serviços de oficinas mecânicas para reparação, lavagem e lubrificação dos veículos oficiais da Assembleia Legislativa.
- b) Fornecer as especificações técnicas de materiais a serem adquiridos, necessários aos serviços ao seu cargo e pela manutenção de registro em fichas próprias.
- c) Reparar os serviços executados, indicando as peças e materiais empregados.
- d) Guarda de veículos oficiais da Assembleia e atendimento às requisições de veículos feitas pela Mesa Diretora e pelo Gabinete da Presidência.
- e) Elaborar escalas de serviço e de plantão de motoristas, bem como pela fiscalização do seu cumprimento.
- f) Registrar a hora de saída e de retorno de cada veículo, quilometragem percorrida e o serviço executado.
- g) Elaborar estatística mensal do movimento dos veículos, da quilometragem percorrida e dos gastos de combustíveis e lubrificantes.
- h) Registrar as ocorrências e devidas providências tomadas por ocasião de cada retorno.
- i) Guardar o acervo de materiais requisitados.
- j) Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

3.5.2.2- SEÇÃO DE PORTARIA E ZELADORIA (Resolução nº 05/87)

- a) Executar os serviços de conservação, manutenção e limpeza do edifício, instalações, equipamentos, mobiliário e material permanente geral da Assembleia Legislativa.
- b) Ter sob sua guarda as peças e materiais requisitados para o serviço de manutenção ao seu cargo e controlar o seu consumo ou utilização.
- c) Abrir e fechar as portas do edifício da Assembleia nos horários determinados por autoridade superior.
- d) Receber a correspondência quando necessária e entregá-la à Seção de Protocolo Geral.
- e) Manter em seu poder a lista atualizada dos Deputados e funcionários com a residência e número de telefone.
- f) Atender ao público prestando informações ao seu alcance.
- g) Anotar a presença dos Deputados no edifício e fixarem quadro próprio de avisos destinados aos parlamentares.
- h) Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e objetos.
- i) Executar outros serviços que lhe forem cometidos.

3.5.2.3- SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (Resolução nº 05/87)

- a) Manter em perfeitas condições de funcionamento as instalações e equipamentos elétricos e hidráulicos.
- b) Promover obras de reparo nos bens móveis e imóveis, nos limites de sua capacidade técnica ou sugerir à Mesa Diretora a contratação dos respectivos serviços.
- c) Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

3.5.2.4- SEÇÃO DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO (Resolução nº 05/87)

- a) Administrar e defender o patrimônio da Assembleia.
- b) Registrar, distribuir e controlar os bens patrimoniais da Assembleia Legislativa.
- c) Manter tombamento individualizado e atualizado de todos os bens da Assembleia Legislativa.
- d) Solicitar à Mesa Diretora apuração quanto ao desaparecimento de bens da Assembleia.
- e) Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

3.6- DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (Decreto Legislativo nº 45/2009)

- I- Elaborar, implantar, coordenar, orientar, informar, controlar e manter as atividades relacionadas à administração de pessoal, processo seletivo, capacitação e desenvolvimento, cargos e salários, avaliação de desempenho, folha de pagamento, controle de frequência e outras atividades relacionadas com recursos humanos;
- II- Coordenar o processo de planejamento das ações da Assembleia Legislativa na área de recursos humanos, em conjunto com as demais unidades, fixando a programação das

atividades e metas a serem alcançadas, bem como os valores orçamentários necessários à sua implementação;

III- Executar o planejamento e a gestão de recursos humanos;

IV- Desenvolver ações de gestão de recursos humanos na Assembleia Legislativa;

V- Realizar, em parceria com os titulares das demais unidades da Assembleia Legislativa, o diagnóstico de necessidade de aprimoramento de servidores e equipes de trabalho e de desenvolvimento de pessoal, desenvolvendo ações com vistas a atender as demandas detectadas;

VI- Elaborar, propor, acompanhar e controlar a aplicação dos mecanismos de avaliação de desempenho e de desenvolvimento na carreira e propor medidas com vistas ao seu aperfeiçoamento;

VII- Coordenar, acompanhar e dar suporte aos processos de suprimento de pessoal na Casa (seleção, concurso público, lotação setorial e remanejamento de servidores);

VIII- Dar suporte técnico aos titulares dos órgãos da Assembleia Legislativa nas ações que resultem no desenvolvimento e na integração de suas equipes de trabalho;

IX- Prestar assessoramento à Mesa Diretora sobre assuntos relacionados com as atribuições de cada unidade setorial a ele subordinada;

X- Orientar normativamente as unidades a ele vinculadas e dirimir dúvidas;

XI- Emitir relatórios trimestrais de acompanhamento das atividades gerais da área de Gestão de Pessoas e relatórios mensais de auditoria das atividades específicas relacionadas a folha de pagamento e benefícios, ou a qualquer momento, quando a Secretaria Legislativa solicitar; e

XII- manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.1- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Organizar e controlar o sistema de capacitação e desenvolvimento de pessoal;

II- Criar, implementar e supervisionar a execução do sistema de avaliação de desempenho dos servidores;

III- Supervisionar e orientar a lotação de estagiários e proceder ao seu acompanhamento desenvolvimento;

IV- Criar, implementar e supervisionar a execução do sistema de avaliação de desempenho de estagiários da ALEPA, informando aos departamentos, divisões ou outros órgãos interessados;

V- Orientar, acompanhar e efetivar a implementação do Plano de Cargos e Salários;

VI- Orientar, acompanhar e efetivar em parceria, a aplicação dos critérios no plano de carreira;

VII- Cuidar para que o plano de capacitação anual reflita as reais necessidades da Casa quanto à programação de crescimento profissional e desenvolvimento pessoal dos servidores;

VIII- Providenciar para que o custo benefício do programa de capacitação seja benéfico para a ALEPA;

IX- Articular-se com entidades afins, buscando sempre a atualização e o desenvolvimento do pessoal técnico da área;

X- Emitir relatórios de acompanhamento trimestral das atividades da área, ou a qualquer momento, quando a chefia imediata solicitar; e

XI- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.1.1- SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas e atividades específicas de treinamento e seleção no âmbito da Assembleia Legislativa, envolvendo servidores efetivos, comissionados e estagiários;

II- Avaliar os resultados de todas as atividades de treinamento junto aos ministrantes, aos participantes e aos seus superiores diretos;

III- Selecionar, aperfeiçoar, especializar e treinar servidores, de acordo com os programas de capacitação estabelecidos;

IV- Aperfeiçoar e treinar estagiários de acordo com o programa de capacitação estabelecido;

V- Realizar estudos e pesquisas referentes à seleção, treinamento, produtividade e ajustamento funcional dos servidores, com fins de subsidiar o planejamento do programa de capacitação;

VI- Preparar normas e regulamentos para cursos, estágios, e outros que se fizerem necessários às atividades que são cometidas aos servidores;

VII- Pronunciar-se quando à concessão de bolsas de estudos ou de treinamento a servidores da ALEPA e controlar seu processamento;

VIII- Solicitar a contratação de especialistas e instituições para desenvolver e executar, no todo ou em parte, o plano de capacitação profissional da ALEPA emitindo, quando necessário, parecer técnico sobre as habilidades e qualificações necessárias ao fornecimento em questão;

IX- Determinar o custo benefício de cada evento desenvolvido pela área;

X- Emitir relatórios de acompanhamento trimestral das atividades da área, ou a qualquer momento, quando a chefia imediata solicitar; e

XI- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.1.2- SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Elaborar, propor, coordenar, executar, controlar e informar os processos de avaliação de desempenho;

II- Elaborar, propor, coordenar e controlar os processos de avaliação de desempenho de estagiários da ALEPA, informando as divisões, departamentos e órgãos interessados;

III- Supervisionar e orientar os setores de lotação de estagiários sobre os procedimentos de acompanhamento ao desenvolvimento dos mesmos dentro das atividades de estágio;

IV- Implementar na Casa o espírito avaliativo permanente, buscando a isenção nos atos de análise e julgamento do desempenho do servidor;

V- Manter estreita relação com a Seção de Capacitação, visando o aproveitamento de informações para a efetivação de uma programação de treinamento que supere as dificuldades profissionais do servidor;

VI- Orientar o servidor para a busca da carreira mais adequada às suas aptidões;

VII- Aplicar os instrumentos do processo avaliador, preparando todos os servidores para a sua aplicação;

VIII- Divulgar os resultados da avaliação e providenciar junto à Seção de Organização e Controle e emissão dos Atos que consolidam o processo, após a aprovação da Secretaria Legislativa;

IX- Emitir relatórios de acompanhamento trimestral das atividades da área, ou a qualquer momento, quando a chefia imediata solicitar; e

X- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.2- DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Orientar e dirigir as atividades do Sistema de Pessoal e fiscalizar a aplicação das normas a ele pertinentes;

II- Processar a habilitação e a identificação para efeito de investimento inicial;

III- Informar e instruir os processos sobre os direitos e vantagens dos servidores;

IV- Fiscalizar os cadastros funcionais dos servidores ativos, inativos e dos deputados;

V- Processar a relotação dos servidores desligados de suas lotações;

VI- Assegurar aos servidores da Assembleia Legislativa o abono de faltas, majoração da adicional permanência e do adicional por tempo de serviço, salário-família, licença-prêmio, e todas as vantagens oferecidas pela legislação vigente;

VII- proceder todas as alterações funcionais, dos servidores;

VIII- Planejar e supervisionar a operacionalização do sistema de recrutamento e seleção de pessoal;

IX- Estabelecer rotina de circulação de processos e de documentos entre as Seções de organização e Controle e Folha de Pagamento e Benefícios, a fim de assegurar o seu controle e facilitar o seu fluxo;

X- Opinar, no âmbito de suas atribuições, sobre as questões relacionadas com a aplicação do regime jurídico dos servidores;

XI- Prestar aos órgãos subordinados a necessária assistência;
XII- Realizar auditorias mensais das atividades de folha de pagamento e de benefícios;
XIII- Emitir relatórios trimestrais de acompanhamento das atividades gerais de área, e relatórios mensais de auditoria das atividades específicas relacionadas a folha de pagamento e benefícios, ou a qualquer momento, quando a Secretaria Legislativa solicitar; e

XIV- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.2.1- SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E CONTROLE (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Coordenar, controlar e acompanhar as tarefas referentes à aplicação da legislação de pessoal, no que concerne aos deveres e direitos, e emitir atos, quando for o caso;

II- Manter cadastro de registro dos servidores, dos deputados e dos estagiários;

III- Manter registro de movimentação de pessoal;

IV- Controlar a frequência dos servidores e estagiários;

V- Organizar, propor alterações e editar o Manual de Procedimentos do Departamento de Gestão de Pessoas e de suas respectivas divisões e seções;

VI- Executar as tarefas relativas ao cumprimento da legislação do PIS/PASEP;

VII- Controlar os servidores colocados à disposição da ALEPA, comunicando sua frequência aos órgãos de origem;

VIII- Cumprir, em consonância como órgão central do sistema, as diretrizes emanadas de autoridade superior;

IX- Propor, por intermédio do órgão central do sistema, medidas de interesse da área de pessoal;

X- Manter o órgão central do sistema informado sobre os seus trabalhos;

XI- Realizar auditorias mensais das atividades de folha de pagamento e de benefícios;

XII- Emitir relatórios de acompanhamento trimestral das atividades gerais da área, e relatórios mensais de auditoria das atividades específicas relacionadas a folha de pagamento e benefícios ou a qualquer momento, quando a Secretaria Legislativa solicitar; e

XIII- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.2.2- SEÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Organizar e dirigir serviços relativos ao preparo do pagamento dos Deputados e dos Servidores ativos, inativos e contratados da ALEPA;

II- Proceder alterações de vantagens, benefícios e descontos que impliquem em modificações na folha de pagamento;

III- Controlar os limites para consignação em folha de pagamento;

IV- Solicitar códigos de desconto e vantagens;

V- Informar o valor das diárias para pagamento de sessões extraordinárias;

VI- Manter atualizados os Manuais de Operações destinados ao controle de sistema de pagamento;

VII- Prever e controlar os custos com vale transporte, vale alimentação, vale combustível, gratificações e demais vantagens, detectando, averiguando, informando e justificando variações, quando for o caso;

VIII- Controlar e manter atualizadas as fichas financeiras dos servidores;

IX- Emitir relatórios de acompanhamento trimestral das atividades da área, ou a qualquer momento, quando a chefia imediata solicitar; e

X- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.6.2.3- SEÇÃO DE BENEFÍCIO (Decreto Legislativo nº 45/2009)

I- Prestar assistência profissional ao servidor ativo e inativo;

II- Orientar o servidor quanto aos seus direitos e deveres profissionais;

III- Acompanhar o andamento das licenças e afastamentos dos servidores, para evitar prejuízo profissional;

IV- Encaminhar o servidor ao serviço médico, odontológico, psicológico, social e ambulatorial, quando necessário;

V- Fazer visitas domiciliares e hospitalares, especialmente quando o servidor estiver impedido de se locomover;

VI- Apoiar as ações religiosas, sociais e cívicas que contribuam para manter a integração e a autoestima na instituição;

VII- Efetuar a distribuição dos vales transporte, vales alimentação, vales combustível, gratificações e demais vantagens, quando for o caso, entre as unidades organizacionais;

VIII- Acompanhar os processos de inquérito administrativo que tenham servidores como acusados, buscando suprir as dificuldades destes no esclarecimento da questão, inclusive na aceitação da pena em caso de comprovada culpabilidade;

IX- Emitir relatórios de acompanhamento trimestral das atividades da área, ou a qualquer momento, quando a chefia imediata solicitar; e

X- Manter perfeita articulação funcional com as demais unidades da ALEPA.

3.7- DEPARTAMENTO FINANCEIRO (Resolução nº 05/87)

a) Planejar e coordenar as atividades das diretorias de Divisão de Contabilidade e Divisão de Finanças;

b) Responder pelos pagamentos efetuados;

c) Acompanhar os dados financeiros e contábeis;

d) Controlar as receitas e despesas;

e) Apresentar relatório das atividades, com frequência anual ou, excepcionalmente, quando solicitado pelo órgão ao qual está diretamente subordinado;

f) Executar outras atividades correlatas e/ou tarefas que lhe forem atribuídas.

3.8- DEPARTAMENTO LEGISLATIVO (Resolução nº 05/87)

Coordenar e supervisionar as atividades das diretorias de Divisão de Anais e Divisão de Expediente.

3.8.1- DIVISÃO DE ANAIS (Resolução nº 05/87)

Planejar e coordenar as atividades dos Serviços de Taquigrafia, Documentação, Revisão, Composição de anais e operação de som.

3.8.1.1- SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA (Resolução nº 05/87)

a) Dirigir, coordenar, fiscalizar e planejar o apanhamento taquigráfico das reuniões do Plenário e sua respectiva tradução, bem como das comissões técnicas, quando solicitada.

b) Encaminhar ao órgão competente cópia da datilografada da tradução das notas taquigráficas das reuniões.

c) Organizar e manter atualizados arquivos dos documentos traduzidos e dos discursos, das segundas vias das reuniões e de dados estatísticos do trabalho desenvolvido pelos Deputados e funcionários do Órgão durante as reuniões.

d) Requisitar, para consulta, à Seção de Sonografia, os elementos necessários à perfeita execução de qualquer trabalho.

e) Organização das escalas de serviço diário, observando a rotação dos turnos e das tarefas.

f) Executar outras tarefas que me forem atribuídas.

3.8.1.2- SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE PLENÁRIO (Resolução nº 05/87)

a) Coligir documentos lidos em Plenário e não taquigrafados para inclusão nos Anais.

b) Submeter à revisão os documentos lidos e não taquigrafados.

c) Devolver aos respectivos órgãos ou autores os documentos que utilizar para cópia e composição de anais.

d) Organizar escala de plantão de documentos.

e) Realizar outras tarefas correlatas.

3.8.1.3- SEÇÃO DE REVISÃO DE PLENÁRIO (Resolução nº 05/87)

a) Coligir os textos lidos e não registrados graficamente, tendo em vista a correção gramatical, sem prejuízo do pensamento e do estilo do orador.

b) Rever os discursos e partes constantes da ata a ser impressa no órgão oficial.

c) Elaborar, relativamente a cada sessão, o ementário dos discursos dos Deputados e dos pronunciamentos da Presidência.

d) Realizar pesquisa bibliográfica ou de outra natureza, ao perfeito desempenho dos serviços de revisão e redação dos debates e pronunciamentos.

- e) Cotejar e revisar todos os registros que passaram a integrar os anais.
- f) Executar outras tarefas correlatas.

3.8.1.4- SEÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE ANAIS (Resolução nº 05/87)

- a) Coligir documentos lidos em Plenário e não taquigrafados para inclusão nos Anais.
- b) Devolver aos respectivos órgãos ou autores os documentos que utilizar para cópia e composição de anais.
- c) Organizar escala de plantão de documentos.
- d) Realizar outras tarefas correlatas.

3.8.2- DIVISÃO DE EXPEDIENTE (Resolução nº 05/87)

Planejar e coordenar as atividades dos serviços de apoio à mesa, de registro e controle, de redação, e de expediente e redação final.

3.8.2.1- SEÇÃO DE APOIO À MESA (Resolução nº 05/87)

- a) Orientar e executar os trabalhos do plenário, assessorando o presidente na solução de todos os Atos Legislativos verificados no correr das reuniões.
- b) Registrar todos os incidentes havidos, a presença dos Deputados antes e no decurso das reuniões, bem como, por ocasião das votações.
- c) Receber o expediente lido e as proposições apresentadas, procedendo a sua inclusão na Ata.
- d) Redigir e datilografar a Ata a ser lida durante as reuniões.
- e) Redigir a Ata a ser impressa no "Diário do Legislativo", coordenando os debates, por assunto, e titulando toda a matéria constante das notas taquigráficas.
- f) Preparar a votação das proposições, controlando e fiscalizando a sua tramitação de acordo com os despachos, até solução final.
- g) Organizar os originais dos avulsos das matérias a serem submetidas ao plenário e, providenciando sua distribuição no momento de sua inclusão em pauta.
- h) Acompanhar a apuração dos vetos.
- i) Encaminhar aos órgãos competentes a matéria destinada à publicação e as proposições votadas, para cumprimento do despacho.
- j) Fiscalizar e orientar a operação do sistema de áudio-gravação das reuniões plenárias e de comissões, quando solicitado o serviço.
- k) Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

3.8.2.2- SEÇÃO DE REGISTRO E CONTROLE (Resolução nº 05/87)

- a) Manter fichário com atualização diária da tramitação de processo legislativo.
- b) Manter controle de prazo e tramitação legislativa.
- c) Informar, com antecedência de 48 horas a expiração dos prazos regimentais de cada proposição.
- d) Proceder controle de tramitação e de prazo das comissões temporárias.
- e) Coletar nos setores da Casa as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.
- f) Fornecer as informações aos interessados e ao serviço de informação quanto a tramitação legislativa.
- g) Exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

3.8.2.3- SEÇÃO REDAÇÃO DE PLENÁRIO (Decreto Legislativo nº 04/2012)

- I- Realizar redação e digitação de pronunciamentos parlamentares, ordenando e revisando os textos com observância aos dados técnicos e as regras gramaticais;
- II- Registrar todos os fatos ocorridos em reunião plenária e o sumário das ocorrências;
- III- Lavrar atas das Comissões Temporárias;
- IV- Fazer cobertura de debates, palestras, simpósios e conferências de interesse do Poder Legislativo;
- V- Conferir a publicação das Atas no Diário Oficial;
- VI- Permanecer em plenário durante o tempo de duração das reuniões;
- VII- Revisar os textos resultantes das sessões legislativas, após tradução pela taquigrafia;
- VIII- Proceder à correção ortográfica em alinhamento ao Regimento Interno sobre a censura de termos e expressões que possam comprometer os bons costumes; e
- IX- Executar outras atividades correlatas.

3.8.2.4- SEÇÃO DE EXPEDIENTE E REDAÇÃO FINAL (Resolução nº 05/87)

- a) Elaborar e confeccionar toda a correspondência oficial da Assembleia Legislativa;
- b) Confeccionar a redação final de projetos aprovados pela Assembleia Legislativa;
- c) Praticar outras tarefas correlatas que lhes forem atribuídas.